

# Quando Fuzis Calaram Canhões

## Uma Análise da Ação da Infantaria Brummer na Batalha de Monte Caseros

Rudolph Schubert<sup>1</sup>

**RESUMO:** Em 1851 chegaram ao Brasil, vindos da Alemanha, os mercenários alemães que viriam a ser conhecidos por Brummers, para combater o regime do presidente argentino Juan Manuel de Rosas e seu títere Manuel Ceferino Oribe y Viana, que governava o Uruguai. Os então veteranos da Guerra do Schleswig-Holstein, que se arrastara de 1848 a 1851, culminando com a vitória dinamarquesa sobre os ducados germânicos, integraram a chamada Legião Alemã, composta por um batalhão de infantaria (15º Batalhão de Infantaria), quatro baterias de artilharia e duas companhias de pontoneiros. Não foi esta a primeira vez que o Estado Brasileiro se socorrera a mercenários estrangeiros para enfrentar inimigos externos – e nem seria a última – posto que mercenários alemães já haviam lutado nas Guerras Cisplatinas e ingleses já haviam integrado a Marinha de Guerra Imperial, bem como milhares de outras nacionalidades (mas, principalmente alemães) viriam a lutar no Paraguai. O presente artigo visa tratar da atuação da Infantaria Brummer na Batalha de Monte Caseros, na qual os prussianos, armados com os modernos fuzis Dreyse, que eram de recarga muito rápida para os padrões da época, fizeram frente à artilharia castelhana, abatendo os operadores das peças à grande distância e impedindo os canhões de atirar, o que poupou significativa quantidade de vidas brasileiras. Ademais, o trabalho contará, também, com uma breve explanação das causas que levaram o Brasil à guerra, a contratação dos mercenários germânicos e a sua trajetória no Brasil.

**Palavras-chave:** Guerra contra Rosas; Batalha de Monte Caseros; Brummers; Mercenários; Fuzil Dreyse

**ABSTRACT:** In 1851, German mercenaries, who would come to be known as Brummers, arrived in Brazil from Germany to combat the regime of Argentine President Juan Manuel de Rosas and his puppet Manuel Ceferino Oribe y Viana, who ruled Uruguay. The then veterans of the Schleswig-Holstein War, which dragged on from 1848 to 1851, culminating in the Danish victory over the German duchies, joined the so-called German Legion, composed of an infantry battalion (15th Infantry Battalion), four artillery batteries, and two pontoon companies. This was not the first time that the Brazilian State had resorted to foreign mercenaries to face external enemies - and it would not be the last - since German mercenaries had already fought in the Cisplatine Wars and Englishmen had already integrated the Imperial War Navy, as well as thousands of other nationalities (but mainly Germans) would come to fight in Paraguay. This article aims to address the performance of the Brummer Infantry in

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); Acadêmico de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pelotas; Membro do Grupo de Estudos de História Militar da Universidade Federal de Pelotas; Pesquisador do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

the Battle of Monte Caseros, in which the Prussians, armed with the modern Dreyse rifles, which were very fast to reload for the standards of the time, faced the Castilian artillery, shooting down the operators of the pieces at a great distance and preventing the cannons from firing, which saved a significant number of Brazilian lives. In addition, the work will also include a brief explanation of the causes that led Brazil to war, the hiring of German mercenaries, and their trajectory in Brazil.

**Keywords:** War against Rosas; Battle of Monte Caseros; Brummers; Mercenaries; Dreyse Needle Gun

A Batalha de Monte Caseros (também conhecida como Batalha da Quinta dos Santos Lugares), travada a 3 de fevereiro de 1852, foi a tomada da última fortaleza dominada pelas forças argentinas no contexto da Guerra Contra Rosas, as quais faziam frente às tropas da Aliança, chefiadas pelo General Justo José de Urquiza, Governador da Província de Entre-Rios, compostas por militares do Império Brasileiro e da República Oriental do Paraguai.<sup>2</sup> O presente artigo visa analisar a ação da infantaria prussiana a serviço do Brasil na referida batalha, compreender suas táticas, elencar seus armamentos e verificar a diferença que os mercenários fizeram em combate.

A Guerra Contra Rosas foi um conflito que envolveu o Brasil, a Argentina e o Uruguai entre 1851 e 1852. O objetivo principal do Brasil era garantir a independência do Uruguai, que estava ameaçado pela intervenção do ditador argentino Juan Manuel de Rosas, que apoiava o caudilho uruguaio Manuel Oribe. O Brasil formou uma aliança com o governo uruguaio de Fructuoso Rivera e com o general argentino Justo José de Urquiza, que se opunham a Rosas.

O ditador argentino deveria ser derrubado pelo fato de que pretendia anexar o território uruguaio à República Argentina, bem como dominar o Paraguai, restabelecendo, desta forma (pelo menos, territorialmente), o Vice-Reino do Prata, que deveria permanecer sob seu controle. Deve-se ressaltar que o Vice-Reino do Prata compreendia regiões que pertenciam à província brasileira de São Pedro do Rio Grande (atual Rio Grande do Sul).

Não bastassem as intenções do ditador Rosas, ainda o Uruguai estava sob domínio do então presidente Manuel Oribe, se é que se pode chama-lo disso, eis que assumira o controle da República Oriental através de um brutal golpe (ademais, não passava de um títere do ditador Rosas). Vê-se, então, que a guerra foi uma consequência da Guerra Grande, que era uma guerra civil que se arrastava desde 1839 entre os blancos, liderados por Oribe, e os colorados, liderados por Rivera. Os blancos eram conservadores e pró-argentinos, enquanto os colorados eram liberais e pró-brasileiros. A guerra civil se internacionalizou com a intervenção de Rosas, que apoiava Oribe, e do Brasil, que apoiava Rivera. A guerra civil provocou uma grave crise econômica, social e política no Uruguai, que ficou dividido entre dois governos rivais: o de Oribe, que sitiava Montevideú, e o de Rivera, que resistia na capital.

<sup>2</sup> DRUMMOND, Pedro Silva. Batalha de Monte Caseros (1852): As disputas pelo controle na região do Rio da Prata. *História Militar em Debate*. Publicado em 31 de outubro de 2021. Disponível em: <https://historiamilitaremd debate.com.br/batalha-de-monte-caseros-1852-as-disputas-pelo-controle-na-regiao-do-rio-da-prata/>

Vale dizer que Oribe só chegou onde chegou por ser submisso a Rosas, que lhe forneceu tropas para voltar ao Uruguai, após ter fugido de lá em 1835. Quando Oribe pôde comandar um exército formado por orientais e portenhos, lançou-se a Montevideu e, após vencer as tropas do presidente eleito Rivera (que era inimigo de Rosas), pôs-se a decapitar os líderes vencidos, tendo Rivera – o único sobrevivente do massacre – buscado asilo político no Rio de Janeiro. Com isso (e após assassinar 15 mil uruguaios e 17 mil argentinos), Oribe passou a controlar todo o território oriental, salvo a capital Montevideu, que resistia com ajuda financeira de Inglaterra e França, bem como uma força de mercenários italianos – o chamado Governo da Resistência – cujo líder era o presidente eleito Joaquín Suárez.<sup>3</sup>

Uma vez tendo chegado ao poder e estabelecendo-se “presidente” (entre aspas, pois era, praticamente, um governador de mais uma província argentina), Oribe não só permitia, como instigava, incursões de bandidos orientais contra fazendas de brasileiros que se localizavam em terras uruguaias (ou mesmo dentro do Brasil) para a prática, principalmente, de abigeato, mas também de outros crimes, como extorsões, sequestros, agressões, estupros e homicídios. O saldo de perdas foi de 814 mil cabeças de gado, quase 17 mil cavalos e 48 escravos, apenas no ano de 1848.<sup>4</sup>

Tais crimes, de caráter claramente xenófobo, apenas foram contidos quando Francisco José de Abreu (o Barão de Jacuí, conhecido pela alcunha Chico Pedro) passou a combater os perpetradores, realizando ações, inclusive, dentro do território uruguaio para recuperar o gado roubado, sendo a primeira delas em 2 de janeiro de 1850. O governo brasileiro nem coibia nem estimulava as ações do Barão de Jacuí, pois as consideravam “guerra de paisanos”, o que fez com que Oribe e Rosas rompessem relações com o Império Brasileiro. Tais ações de Francisco José de Abreu (que ganharam o apelido de “Califórnia de Chico Pedro”) duraram apenas alguns meses, mas foram suficientes para fazer cessar as agressões ao território e ao povo do Brasil.<sup>5</sup>

O governo brasileiro já não era aliado de Rosas havia tempo, pois este havia ajudado a financiar a Revolução Farroupilha de 1835, liderada por Bento Gonçalves. Ocorre que, uma vez pacificado o conflito e anistiados todos os envolvidos, o general gaúcho jurou lealdade ao Imperador D. Pedro II. Além disso, como fator de desgaste para a já ruim relação entre o Império e o ditador portenho, havia a possibilidade de este resolver nacionalizar os rios platinos, o que significaria um corte de comunicação entre o Mato Grosso e o restante do Brasil bem como uma ameaça à soberania do Uruguai e do Paraguai. E, por óbvio, caso a Argentina cumprisse sua missão de restabelecer para si os territórios do Vice-Reino do Prata, a sua fronteira com o Brasil aumentaria, facilitando um possível (e provável) ataque futuro ao Império.<sup>6</sup>

No ano de 1850, o embaixador argentino, ao ver negada a sua exigência de punição a Chico Pedro, pediu a devolução de seus passaportes e voltou à Argentina. Ao chegar lá, no dia 4 de setembro, o embaixador brasileiro tratou de voltar ao território nacional. Detalhe: o embaixador da Argentina exigia punição de um brasileiro por uma questão ocorrida no Uruguai, o que escancara o caráter de

<sup>3</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. O Império brasileiro. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 158

<sup>4</sup> LEMOS, Juvêncio Saldanha. Brummers: A Legião Alemã Contratada pelo Império Brasileiro em 1851. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2017. P.35

<sup>5</sup> Lemos, op. cit. p. 36

<sup>6</sup> DORATIOTO, F. (2002). Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras. P. 28

submissão de Oribe em relação a Rosas. O Brasil, ainda, como que para provocar mais o governo de Rosas, passou a financiar o Governo da Resistência, que a partir de 6 de setembro de 1850, passou a receber, do Império, o empréstimo mensal de 18 mil pesos fortes a juros de 40% ao ano. Após, em 25 de dezembro do mesmo ano, o Império e a República do Paraguai firmaram uma aliança de defesa, pactuando assistência mútua no caso de ataque argentino e/ou uruguaio.<sup>7</sup>

Nesse contexto, o Brasil precisava se afirmar como potência regional e colocar ordem no seu quintal. Para tanto, aproveitou seu já experiente e regular exército, forjado nas disputas internas e na Guerra Cisplatina, bem como sua moderna e poderosa marinha de guerra e os deslocou para a fronteira sul. As forças regulares brasileiras eram muito superiores às de Oribe e Rosas, posto que estas eram grupos de bandidos e arruaceiros chefiados por caudilhos, não eram militares profissionais.<sup>8</sup> Fora isso, ainda o Império usou de uma estratégia que seu inimigo já usara: não lutar diretamente, mas financiar alguém para fazê-lo (o que se chama hoje em dia de “guerra por procuração”), que, no caso, foram os caudilhos Justo José Urquiza, governador da província argentina de Entre Ríos e Benjamín Visaroso, governador da província argentina de Corrientes, ambos inimigos de Rosas.

Do ponto de vista da Argentina, a guerra foi resultado da oposição interna ao regime de Rosas, que exercia um controle autoritário e centralizador sobre as províncias argentinas. O ditador enfrentava a resistência de vários setores da sociedade, como os liberais, os federalistas, os unitários, os imigrantes e os indígenas. Um dos principais opositores de Rosas era Urquiza, que governava a província de Entre Ríos e que tinha o apoio das províncias de Corrientes e Santa Fé. Urquiza defendia uma maior autonomia provincial e uma reforma constitucional que limitasse o poder de Rosas. Urquiza também tinha interesses econômicos na abertura do comércio fluvial, que era monopolizado por Rosas.

Pois bem. Explicadas, de forma resumidíssima as causas do conflito, passa-se à descrição do que foi o exército formado pelos agora aliados brasileiros, orientais e argentinos de Entre Ríos e Corrientes. Aqui, porém, vale ressaltar que, muito em respeito aos aliados argentinos, a guerra era, abertamente, contra o ditador Rosas e não contra a nação argentina. O chamado Exército Grande era composto, aproximadamente, por 16 mil brasileiros, divididos em três colunas, uma a Oeste sob comando do Coronel Davi Canabarro (veterano da Revolução Farroupilha), uma ao centro, sob comando do Marechal Bento Manuel Ribeiro e uma a leste, comandada pelo Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira. O comandante-geral do contingente brasileiro era ninguém menos que o invicto Marechal-de-Campo Luís Alves de Lima e Silva (então Conde de Caxias). A maioria dos brasileiros era de Infantaria e Artilharia, que eram as armas necessárias para o reforço aos argentinos e orientais, posto que estes tinham cavalaria de sobra, afinal, seus exércitos irregulares eram compostos por peões a cavalo.<sup>9</sup>

A composição do Exército Grande (ou Exército de Libertação), no que tange a argentinos e uruguaio era a seguinte: O General Eugenio Garzón comandava cerca de dois mil soldados uruguaio. O Coronel José Miguel Galán comandou uma divisão de cavalaria uruguaia na batalha de Monte Caseros. O General Justo José de Urquiza comandava cerca de 14 mil soldados argentinos. O Coronel

<sup>7</sup> Lemos, op. cit. p. 38-39

<sup>8</sup> FLORES, Hilda Agnes Hübner. Memórias de Brummer. Porto Alegre. Editora EST, 1997. P. 23 – Cristóvão Lenz.

<sup>9</sup> Lemos, op. cit. p. 43-44

Bartolomé Mitre comandava cerca de 6 mil soldados argentinos. Tem-se, portanto, que o Exército grande era composto por, aproximadamente, 42 mil homens, sendo 20 mil brasileiros (16 mil no Uruguai e 4 mil no Rio Grande, prontos para mobilização); 20 mil argentinos, majoritariamente de Corrientes e Entre-Ríos; e 2 mil uruguaios.

Ocorre que, para que o Brasil pudesse compor um exército desse tamanho (20mil soldados), era necessária uma grande mobilização nacional, o que ocorreu. Porém como a prática do recrutamento forçado era extremamente mal vista pela população, restou o voluntariado. Claro que, dessa vez, ainda não houve uma adesão tão grande como foram os batalhões de Voluntários da Pátria, como na Guerra do Paraguai, mas, ainda assim, apostou-se nessa alternativa. Mas, esta não foi a única estratégia do Império Brasileiro. Resolveu-se, depois de grandes e acaloradas discussões no Congresso, recrutar mercenários estrangeiros especializados, que lutariam contra Rosas. E, como já havia sido feito entre 1824 e 1830, repetiu-se a contratação de germânicos e prussianos (na época a Alemanha ainda não era unificada) para a guerra.

Para a missão de contratar os alemães, foi escolhido o Tenente-Coronel Sebastião do Rego Barros, que deveria fazer os esforços necessário para cumprir o disposto no Art. 17 da lei nº 586/1850, que consistia no seguinte: “Fica autorizado o governo, para em circunstância extraordinária, fazer as despesas necessárias a fim de elevar a 26 mil homens a tropa de primeira linha, podendo contratar nacionais e estrangeiros, e distribuir-lhes terras segundo o contrato”. Segundo Terzi (2021):

A tal circunstância extraordinária era a preparação para a guerra iminente contra Oribe, do Uruguai, e Rosas, da Argentina, que ameaçavam a integridade e a soberania brasileira no Sul. Na Alemanha, contudo, persistia a aversão à imigração para o Brasil. A maior parte dos estados alemães reagiu contrariamente ao recrutamento brasileiro. Mas, Rego Barros havia recebido autorização para agir da maneira que melhor lhe conviesse, fazendo uso, inclusive, de agências de recrutamento clandestinas. Além disso, o Império oferecia, pelo prazo de quatro anos, a quem quisesse se alistar, polpudas vantagens, incluindo: fornecimento de transporte pelo governo do Brasil, ajuda de custo na hora do embarque e pagamento de 67.600 réis (já incluídas as rações). Ao final do contrato, cada legionário ainda receberia um lote de 25 mil braças quadradas, ou transporte para voltar à Alemanha com um prêmio em dinheiro. Aos oficiais mais graduados, eram estendidos benefícios ainda mais irresistíveis. Rego Barros pretendia atingir seus objetivos com essas promessas.<sup>10</sup>

Por providência da História, na região de Schleswig-Holstein, havia uma grande quantidade de veteranos que houvera participado de uma recém terminada guerra com a Dinamarca. Inicialmente, os condados de Schleswig e Holstein eram apoiados pela Prússia e pela Áustria-Hungria, porém, ao fim, foram abandonados por seus aliados e largados à própria sorte, sucumbindo às forças dinamarquesas após as derrotas nas batalhas de Idstedt, Missunde e o assalto a Friedrichstadt. Em novembro de 1850, a Áustria impôs à Prússia o Tratado de Olmutz, que determinava que o exército dos ducados fosse tratado como uma força de delinquentes revolucionários, obrigando-os a depor suas

<sup>10</sup> TERZI, M. R. A Saga dos Brummers, os Alemães a Serviço do Brasil Império. Aventuras na História. Publicado em: 19/03/2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/brummers-alemaes-servico-do-imperio-brasileiro.phtml>

armas imediatamente. Dito e feito: entre janeiro e maio de 1851, as tropas do exército de Schleswig-Holstein foram completamente dissolvidas.<sup>11</sup>

O objetivo de Rego Barros era a contratação de um número entre 1800 e 2300 alemães para guerrear pelo Brasil. O pagamento da ajuda de custo aos mercenários era feito antes mesmo do embarque para a América, o que fez com que alguns malandros desertassem sem que a sua jornada sequer tivesse começado. Porém, via de regra, quem assinou o contrato, de fato, viajou para o Brasil. Cabe dizer que uma das cláusulas contratuais – que fez diferença para os estrangeiros – uniformes e armamentos e códigos de condutas e penalidades usados pelos Brummers e aplicados a eles seriam prussianos. Ademais, os alemães foram divididos em um batalhão de Infantaria com 6 companhias, um regimento de Artilharia com 4 companhias e um destacamento de Engenharia com duas companhias de pontoneiros (sendo uma de sapadores e pontoneiros e uma de trem), na proporção de 50%, 30%, 20%.<sup>12</sup>

A primeira leva de prussianos contratados pelo Império foi a de infantes, que assinaram seus contratos de prestação de serviços com o Brasil já nos primeiros meses de 1851, sendo formada pelo que havia de melhor entre os ex-combatentes da Guerra de Schleswig-Holstein. A segunda leva, por sua vez, que tinha por objetivo formar a Artilharia, encontrou dificuldades em recrutar pessoal qualificado, afinal os veteranos da guerra contra a Dinamarca já haviam debandado, restando a contratação de boa quantidade de aventureiros e desqualificados. A terceira leva (já no final do primeiro semestre de 1851), que visava a contratação dos pontoneiros, foi a pior de todas: já haviam ido os soldados, já haviam ido os aventureiros, restavam os bêbados, os vagabundos e os criminosos. E lá foram eles. Estava formada a chamada Legião Alemã (*Deutsche Legion*).<sup>13</sup>

Antes de dar prosseguimento ao texto, o leitor, talvez, esteja se perguntando “mas o que significa ‘Brummer’?”. A explicação foi deixada para a hora do embarque porque foi nessa hora que, supostamente a história aconteceu. “Brummer”, em alemão, significa algo como “zumbidor” e era o apelido das moedas polonesas naquela região, eis que, quando eram jogadas nas mesas das tavernas, emitiam um zumbido. Essa moeda lembrava muito a moeda brasileira de 40 réis que, ao ser vista na mão de um marinheiro negro por um mercenário alemão no momento do embarque, este teria dito “*Donnerwerter, das sind aber gehörige Brummer!*” (“raios, isto parece um Brummer”).<sup>14</sup> Outra teoria, que também envolve a moeda, é de que os alemães eram vistos calculando os preços se referindo às moedas como “brummer” e ficavam resmungando a palavra pra lá e pra cá.<sup>15</sup> Por fim, a terceira e última, é de que os prussianos, para mostrarem aos comerciantes e prostitutas do Rio de Janeiro que tinham dinheiro para pagar a conta, chacoalhavam os bolsos, fazendo as moedas tilintarem e diziam “*das ist Brummer*”<sup>16</sup> De qualquer maneira, seja lá qual for a versão verdadeira, todas remetem às moedas de 40 réis que os mercenários carregavam e faziam

<sup>11</sup> Lemos, op. cit. p. 64

<sup>12</sup> PIASSINI, Carlos Eduardo. A Participação Política de Imigrantes Germânicos no Rio Grande do Sul: Os Brummer Kahlden, Haensel, Koseritz e Ter Brügggen, 1851 – 1881. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2016. 236 p. P. 71.

<sup>13</sup> Lemos, op. cit. p. 103 - 104

<sup>14</sup> Lemos, op. cit. p. 129

<sup>15</sup> Flores, op. cit. p. 15

<sup>16</sup> Lemos, op. cit. p. 130

zumbir nas mesas das tavernas. E, igualmente as moedas, eles também tinham fama de “zumbidores” ou melhor, de “resmungões”, o que lhes valeu outro apelido: os rezingões.

Entre a contratação em solo alemão e a chegada à linha de frente, para a luta contra Oribe e Rosas, há diversas histórias sobre os Brummers que merecem ser lidas, mas que, em razão de não serem objeto do presente artigo, não serão nele relatadas. Dentre a bibliografia utilizada neste texto, destacam-se os livros “Brummers: A Legião Alemã Contratada pelo Império Brasileiro em 1851”, de Juvêncio Saldanha Lemos e “Memórias de Brummer”, organizado por Hilda Agnes Hübner Flores. Porém, para que o capítulo da viagem não passe em branco, deve ser dito que, da Alemanha ao Rio de Janeiro (bem como a estada na capital brasileira) foram excelentes experiências aos rezingões, mas após a saída da Baía de Guanabara, as condições foram das piores possíveis, tanto em alimentação, vestimenta, equipamento, alojamentos... Isso sem falar no clima que muito castigava os prussianos. Mas, tudo foi vencido. Os Brummer seguiram até Monte Caseros, onde, ao calar os canhões rosistas, restaram vitoriosos.

Feitas estas breves considerações acerca da origem da alcunha “Brummer” e da viagem dos soldados prussianos ao Brasil, falar-se-á da unidade por eles integrada no Exército Imperial, o 15º Batalhão de Infantaria Prussiana.<sup>17</sup> Sim, apenas um batalhão de infantaria. A artilharia deveria ser dissolvida dentro de regimentos brasileiros e o destacamento de pontoneiros deveria atuar de forma independente.

O referido batalhão era composto de 26 oficiais, 24 sargentos, 848 cabos e soldados, 14 tambores, 16 músicos e dois pífanos, divididos em seis companhias e o estado-maior. Ocorre que, o comandante, Barão von der Heyde, era inimigo de muito tempo do subcomandante, Major Lemmers e este não era um oficial conhecido por sua honestidade e galhardia. Na verdade, devido aos atritos com Lemmers e outros oficiais, Heyde abandonou o comando da tropa, ficando o major como comandante interino. E, nessa bagunça, com casos de indisciplina, o efetivo, tanto de oficiais quanto de praças, que passava mais tempo acantonado do que em marcha, ocupava seu tempo em festas, bebedeiras, corridas de cavalo e caçadas. Alguns dias depois, Heyde voltou ao comando do contingente alemão de infantaria.<sup>18</sup>

A legítima farândula que era o 15º BI passou a integrar, de fato, uma força combativa apenas quando da Ordem de Batalha expedida por Caxias o determinou. O batalhão prussiano ficou, então, subordinado à 9ª Brigada, que era subordinada à 3ª Divisão, estabelecida em Jaguarão e comandada pelo Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira. Por ser esta uma coluna de apoio à invasão do território oriental, não enfrentou grandes combates como a coluna principal, comandada pelo próprio Caxias.

No dia 3 de agosto de 1851, o Capitão Ubos, comandante do vilarejo de Arredondo, passou para o lado brasileiro e se engajou na luta contra Oribe. O capitão oriental fora inteligente, pois viu que, embora a coluna aliada a ser enfrentada fosse menor que as demais, era poderosa o suficiente para destruir o seu contingente sem grandes esforços. O Brigadeiros Fernandes, então, após tomar Arredondo, iniciou combate com patrulhas agressivas que iam em direção ao interior Uruguaio. E o 15º BI fez, nessa ocasião, a sua primeira manobra militar no conflito: preparou a defesa de Arredondo,

<sup>17</sup> Será adotada a designação “infantaria prussiana” no artigo pois era o nome popular do batalhão, sua designação oficial era apenas 15º Batalhão de Infantaria.

<sup>18</sup> Lemos, op. cit. p. 145-162

onde se esperava que tropas oribistas atacariam para roubar cavalos e mantimentos. Alarme falso. Seguiram os germânicos sem disparar suas armas.

Como não foi realizada a tal incursão inimiga em Arredondo, foi ordenado aos Brummers marchar até o arroio Malo, onde estava acampada a tropa da 3ª Divisão, juntamente com seu comandante, o General Fernandes. A marcha, de cerca de 60 quilômetros, deveria ser percorrida em cerca de dois ou três dias, mas o 15º BI terminou de chegar a seu destino em períodos de três a sete dias. E assim eram todas as marchas que os Brummer tiveram que fazer após: lentas e extremamente dificultosas, muito por conta do clima, mas também por conta do baixíssimo moral da tropa.

Nestas condições, marcharam os teutônicos até Montevideu, onde, sem mais nem menos, o governador Oribe rendeu-se ao General Urquiza sem oferecer combate, debandando suas tropas. Pois, muito bem: tomou o exército aliado rumo a Buenos Aires. Oribe já estava fora de combate, mas ainda faltava derrubar Rosas. E, assim, marchou o 15º para Colônia de Sacramento, onde seria feita uma concentração que partiria para o combate contra o ditador argentino. Ocorre que, durante a marcha, novamente o Barão von der Heyde resolveu ter um de seus surtos de ego contra Caxias, o que lhe levou a ser demitido após passar por um conselho de disciplina, restando o comando, novamente, nas mãos do Major Lemmers. Fato interessante é que, da saída de Jaguarão até a chegada em Colônia de Sacramento, o 15º BI conseguiu perder 15 oficiais e 47 praças, todos presos ou demitidos por indisciplina.

Como já era de se esperar, o comando brasileiro, pela impossibilidade de demitir todos os alemães por razões contratuais, resolveu deixá-los de fora das operações que se dariam na Argentina. Porém, nem todos se fizeram ausentes no território portenho. O Corpo de pontoneiros havia sido diluído em cinco batalhões de infantaria brasileiros, cada um recebendo cerca de 30 germânicos, que, ao total, somavam 160. Ademais, foram escolhidos 80 militares experientes dentre aquelas do 15º BI para ir ao combate empunhando os fuzis Dreyse, outrora adquiridos pelo Império na Alemanha. Portanto, 180 pontoneiros diluídos e mais 80 infantes num destacamento comandado pelo Tenente Zacharias Schiöt. Eram, portanto, 260 alemães operando os fuzis de agulha, razão pela qual passaram a ser conhecidos como “agulheiros”.

A unidade de Brummer agulheiros, chamada de Destacamento de Infantaria Ligeria, sob comando do Capitão Francisco José Wild (o tenente Schiöt era comandante apenas dos infantes, provavelmente, seria subcomandante da unidade) partiu com a Divisão Expedicionária do Brigadeiro Souza Marques para a Argentina, onde seria travada a Batalha de Monte Caseros. Percebe-se aí que, na verdade, o único motivo que fez os Brummer lutarem na batalha final da guerra foi o fato de saberem operar os fuzis Dreyse. Mas, o que, de fato, eram esses fuzis e por que fizeram tanta diferença?

Primeiramente, cabe explicar o sistema da arma. Sager<sup>19</sup> descreve:

Criado pelo armeiro alemão Johann Nikolau von Dreyse em 1836, o fuzil de agulha foi inovador em vários aspectos. Até a sua invenção, os fuzis eram de antecarga, um

<sup>19</sup> SAGER, Daniel. The Dreyse Needle Gun. Military History Matters, 2013. Disponível em: <https://www.military-history.org/back-to-the-drawing-board/back-to-the-drawing-board-the-dreyse-needle-gun.htm> Acesso em 19 de janeiro de 2024

procedimento que envolvia empurrar o cartucho cano abaixo com uma vareta de metal, algo que deveria ser feito apenas de pé.

Apesar de haverem ocorrido muitos experimentos com mosquetes breech load desde o século XVIII, von Dreyse desenvolveu uma ação de ferrolho para a abertura e fechamento da parte traseira do cano da arma. Nesta câmara era acondicionado um cartucho de papel. Quando o gatilho era premido, um percussor parecido com uma agulha penetrava o cartucho de papel e se chocava contra uma espoleta de percussão, disparando a munição. Esse sistema originou o apelido da arma.<sup>20</sup> (tradução nossa)

O referido fuzil foi adotado pelo exército prussiano em 1848 e, embora não hajam registros oficiais de seu uso na Guerra do Schleswig-Holstein, a possibilidade de seu uso é grande, especialmente dada a sua modernidade e grande cadência de tiro. E é exatamente essa a característica que tornou a arma tão revolucionária: a cadência de tiro, ou seja, a capacidade de efetuar mais disparos em tempo muito inferior àquele das armas de antecarga. Ora, conforme descrito, o Dreyse era de retrocarga, ou seja, suas munições eram inseridas pela parte de trás da arma, o que desobrigava o operador a fazer todo o longo processo de recarga de um fuzil de antecarga. Era necessário, simplesmente, abrir o ferrolho, inserir o cartucho de papel, fechar o ferrolho, armar o percussor, puxando-o para trás e disparar.

Na época e ainda por mais algumas décadas, as armas de retrocarga dominaram o campo de batalha. Sua operação consistia no seguinte: 1. Posicionar o fuzil com o cano voltado para o alto e inserir, manualmente, por um recipiente de couro ou através de um envelope de papel, uma certa quantidade de pólvora negra no cano; 2. Utilizar uma vareta de metal (que vinha junto da arma e se alojava abaixo do cano) para socar a pólvora, acomodando-a no fundo da culatra; 3. Inserir o projétil e juntamente com a bucha (que poderia ser de pano, papel, papelão ou couro e servia para vedar os gases produzidos pela explosão da pólvora, aproveitando-os ao máximo para impulsionar o projétil; 4. Colocar uma espoleta de fulminato ou uma pequena quantidade de pólvora (a depender se a arma era de fulminante ou de pederneira) no ouvido do sistema de gatilho; 5. Armar o cão; 6. Disparar.

Nota-se que o processo de recarga de um fuzil antes do advento do Dreyse era bastante longo e, também, demorado, cerca de 30 segundos, nas mãos de um soldado treinado, ou seja, disparava cerca de dois tiros por minuto. O fuzil de agulha, por outro lado, poderia disparar de 10 a 12 vezes em um minuto! Algo que, até então, era impensável. E foi exatamente aí que nossos Brummer tiveram vantagem em Monte Caseros, na intervenção contra Rosas. Sobre o uso de tais armas pela Legião Alemã, sabe-se que cerca de 400 fuzis foram distribuídos ao 15º Batalhão de Infantaria e cerca de 200 mosquetões foram distribuídos ao Corpo de Pontoneiros (aliás, após a dissolução desta tropa e sua incorporação em unidades de infantaria, os soldados permaneceram com as armas).

Uma vez arregimentados, os prussianos passaram a empregar táticas de infantaria ligeira, diferentemente das demais tropas brasileiras, que eram de infantaria de linha. Mas qual a diferença entre elas? Segundo Teixeira:

<sup>20</sup> Invented by the German gunsmith Johann Nicolaus von Dreyse in 1836, the needle gun was innovative in several respects. Until then rifles were muzzle-loaded – a procedure that involved ramming a cartridge down the barrel with a metal ram-rod, a procedure that had to be performed while standing. Although there had been various experiments with breech-loading muskets since the 18th century, von Dreyse developed a bolt action for opening and closing the rear of the barrel. Into the breech was placed a paper cartridge. When the trigger was pulled a needle-like firing pin penetrated the paper cartridge and struck a percussion cap, firing the bullet. Hence the the gun's name.

(...) a Infantaria Ligeira, que ao contrário das formações cerradas adoptadas pela Infantaria de Linha, operavam em pequenos grupos que se desdobravam em linha de atiradores à frente e nos flancos das unidades principais, como forma de lhes garantir apoio, cobertura e protecção, visto que um soldado desta força caso estivesse equipado com uma Carabina de cano estriado poderia facilmente atingir um homem a 150 / 200m de distância.<sup>21</sup>

A partir deste conceito, nota-se que a infantaria alemã se encaixava exatamente nesse papel, pois, pelo menos em Monte Caseros, atuou em grupos menores, dispersos e utilizando armas de alma raiada (que o autor apresentado chama de “estriada” por ser português), bem como operaram fora da linha brasileira, posicionando-se entre esta e a linha inimiga.

Aliando-se as táticas de infantaria ligeira com o alto volume de fogo possibilitado pelo uso do fuzil Dreyse, o contingente alemão presente em Monte Caseros foi um fator determinante, não para a vitória aliada no combate, mas para a economia de tropas do lado da aliança, posto que a luta foi muito mais curta devido à rapidez com que os prussianos cumpriram a sua audaciosa missão.

Voltemos, então, a Monte Caseros, o local que havia sido escolhido por Don Manuel de Rosas para lutar e frear o avanço do exército aliado. Suas forças, segundo Donato e Hernani, consistiam em:

10.000 infantes, 15.000 cavaleiros, 1.000 artilheiros, 60 canhões e três estativas de foguetes, à frente dos aliados seus adversários: 20.000 argentinos de Corrientes e Entre-Rios, 4.000 brasileiros e 1.700 Uruguaios, o chamado Grande Exército Libertador da América do Sul, sustentado também por 50 canhões.

Eram forças bastante consideráveis: cerca de 52 mil homens e 110 canhões em campo de batalha, somando ambos os lados. Porém, Rosas tinha uma vantagem: Monte Caseros é uma elevação cercada de planícies e seus homens estavam dispostos em posições defensivas fortificadas no terreno mais alto, o que já dificultava o avanço inimigo. Ainda, com uma força de 60 canhões, o volume de fogo produzido era suficiente para rechaçar ataques de infantaria de linha e cargas de cavalaria.

A tática do combate foi a seguinte:

(...) no flanco direito, estava reunida a cavalaria argentina sob o comando do General Anacleto Medina. No centro, sob o comando do Brigadeiro Manuel Marques de Sousa, estava concentrado o grosso da infantaria, formada em sua maioria pela Divisão Brasileira e argentinos (sob o comando de Bartolomé Mitre), protegendo as peças de artilharia ao fundo. À esquerda, mais divisões de cavalaria sob o comando do General Juan Pablo Lopez e de Urquiza, sendo auxiliadas pela infantaria uruguia e por um regimento de cavalaria comandado pelo Tenente-Coronel Osório.<sup>22</sup>

Os Brummer, portanto, encontravam-se ao centro, juntamente com os demais infantes brasileiros. Iniciou-se o combate as 9 horas da manhã do dia 3 de fevereiro de 1852. A tropa aliada, que encontrou

<sup>21</sup> TEIXEIRA, Humberto Nuno Araújo Barbosa. *Caçadores Portugueses na Guerra Peninsular*. Lisboa, 2010. 120 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria). Academia Militar de Portugal. P. 20

<sup>22</sup> BASE ADMINISTRATIVA do Quartel General do Exército. *Lutas de Afirmação do Brasil na Região do Prata*. Publicado em 26 de Junho de 2018. Disponível em: <http://www.badmqgex.eb.mil.br/patio-das-batalhas/patio-das-batalhas/10-artigo-10>

dificuldade de avançar devido ao terreno lamacento, foi pesadamente bombardeada pela artilharia rosista. Os orientais atacaram pela esquerda dos brasileiros. Estes, preferiram o caminho mais curto e, às 11 horas, sob o comando do Brigadeiro Marques de Souza, a Divisão Brasileira avançou para a fortificação de Caseros-Palomar, onde ficava o quartel-general de Rosas.<sup>23</sup>

O comando aliado esperava que acontecesse o que a doutrina já previa: um massacre da vanguarda da infantaria de linha pela artilharia inimiga e, ao final do avanço, que os atacantes sobreviventes tomasse de assalto as posições adversárias. E quem estava à vanguarda da infantaria aliada? Eles mesmos: os Brummer.

Formando linhas à frente de cada um dos seis batalhões de infantaria brasileira, os prussianos armados com seus fuzis Dreyse passaram a abater os artilheiros portenhos à distância, como legítimos atiradores de elite. A alma lisa do fuzil garantia alcance e precisão inigualáveis por qualquer outro armamento disponível na América do Sul, além disso, o sistema de retrocarga não permitia que novas tripulações operassem os canhões, pois, assim que se posicionavam, eram atingidas por nova saraivada.<sup>24</sup>

Ao final do avanço, os Brummer, juntamente com um contingente oriental recém chegado, tomaram a fortaleza, onde cerca de 200 soldados rosistas ainda ofereciam combate. O ditador Rosas, por sua vez, escapou do assalto aliado por ter fugido, minutos antes, para Buenos Aires. Neutralizada a fortaleza de Caseros, ainda faltavam as posições de Palomar e a artilharia do Coronel Chilavert. E assim foi, os Brummer, por mais duas vezes, se reorganizaram e avançaram ao inimigo, abatendo, durante o seu avanço, os defensores rosistas e neutralizando as posições portenhas.

Ao fim daquele dia 3 de fevereiro, os mercenários prussianos, ao custo de quatro mortos e 48 feridos, prestaram um grande serviço ao Brasil, sendo o último disparo da batalha de Monte Caseros realizado às 13 horas, finalmente “quando fuzis calaram canhões”. Pode-se dizer que, por causa dos Brummer, a Divisão Brasileira deixou de pagar um altíssimo preço em sangue pela posição de Rosas. O total de peças de artilharia capturadas pelos agulheiros é incerto, mas, das 56 tomadas dos rosistas, 34 o foram por brasileiros. Ao fim, foi destacado o Sargento Pontoneiro Werner, que, integrado ao 11º Batalhão, demonstrou grande bravura, sendo ferido por um disparo de artilharia.<sup>25</sup>

Chegado o fim da batalha, os Brummer tiveram os mais diversos destinos. Deserções em massa, pedidos de baixa, demissões por final de contrato e, até mesmo, algumas carreiras militares de sucesso. Mas estes bravos (e indisciplinados) alemães, os conhecidos rezingões, após cumprir o seu trabalho e auxiliar o Brasil, na batalha final, a estabelecer suas fronteiras e sua hegemonia no Prata, ainda foram força de colonização, desbravando sertões e integrando-se à sociedade gaúcha. Anos mais tarde, inclusive, vários destes então mercenários, serviram, novamente, ao Brasil durante a Guerra da Tríplice Aliança, seja em tropas germânicas, seja em tropas brasileiras.

<sup>23</sup> BENTO, Cláudio Moreira. OS 150 ANOS DA GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS 1851-52. Informativo Guararapes. Disponível em: <https://www.ahimtb.org.br/gueoribe.htm>

<sup>24</sup> LEMOS, op. cit. P. 248-249

<sup>25</sup> BENTO, Cláudio Moreira. Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS, Porto Alegre :IEL, 1975. P. 61-62

---

**BIBLIOGRAFIA**

- BASE ADMINISTRATIVA do Quartel General do Exército. *Lutas de Afirmação do Brasil na Região do Prata*. Publicado em 26 de Junho de 2018. Disponível em: <http://www.badmqgex.eb.mil.br/patio-das-batalhas/patio-das-batalhas/10-artigo-10>
- BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul-1635 a 1870*. Porto Alegre. A Nação, Instituto Estadual do Livro, 1976.
- BENTO, Cláudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *História da 3ª Região Militar 1889 - 1953*. Porto Alegre: 1995. v. 2, 2ª Ed., 21 cm, pp. 394. Disponível em: [http://www.ahimtb.org.br/Livro%203%C2%AA%20RM-vol%20II-PDF%20\(1\).pdf](http://www.ahimtb.org.br/Livro%203%C2%AA%20RM-vol%20II-PDF%20(1).pdf)
- BENTO, Cláudio Moreira. *Brummers Os Primeiros Pontoneiros do Exército Brasileiro*. Disponível em: <https://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%2085.pdf>
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DRUMMOND, Pedro Silva. *Batalha de Monte Caseros (1852): As disputas pelo controle na região do Rio da Prata*. História Militar em Debate. Publicado em 31 de outubro de 2021. Disponível em: <https://historiamilitaremdebate.com.br/batalha-de-monte-caseros-1852-as-disputas-pelo-controle-na-regiao-do-rio-da-prata/>
- FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Memórias de Brummer*. Porto Alegre. Editora EST, 1997. P. 23 – Cristóvão Lenz.
- LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Brummers: A Legião Alemã Contratada pelo Império Brasileiro em 1851*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2017. P.35
- LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 158
- LYNCH, John. *Juan Manuel de Rosas*. Buenos Aires: El Ateneo, 2001.
- PIASSINI, Carlos Eduardo. *A Participação Política de Imigrantes Germânicos no Rio Grande do Sul: Os Brummer Kahlden, Haensel, Koseritz e Ter Brügggen, 1851 – 1881*. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2016. 236 p. P. 71.
- SAGER, Daniel. *The Dreyse Needle Gun*. Military History Matters, 2013. Disponível em: <https://www.military-history.org/back-to-the-drawing-board/back-to-the-drawing-board-the-dreyse-needle-gun.htm>
- TAMAE, Rafael da Fonseca. *A política externa do Brasil Império e a Guerra contra Oribe e Rosas: um estudo sobre o debate político na intervenção de 1851*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

TEIXEIRA, Humberto Nuno Araújo Barbosa. *Caçadores Portugueses na Guerra Peninsular*. Lisboa, 2010. 120 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria). Academia Militar de Portugal. P. 20

TERCI, M. R. *A Saga dos Brummers, os Alemães a Serviço do Brasil Império*. Aventuras na História. Publicado em: 19/03/2021. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/brummers-alemaes-servico-do-imperio-brasileiro.phtml>